

QUESTÕES “GEOPOLÍTICAS” CONTEMPORÂNEAS DA ÁFRICA E DA AMÉRICA LATINA. ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

Alcindo José de SÁ¹

Gleydson Pinheiro ALBANO²

Maêlda de Lacerda BARROS²

Messias Luiz do NASCIMENTO³

Paulo Sérgio Cunha FARIAS²

Rosalvo Nobre CARNEIRO²

Santiago Andrade VASCONCELOS²

RESUMO

Discorrermos sobre as questões geopolíticas contemporâneas da África e América Latina, hoje, obrigatoriamente nos remete ao espaço/tempo das suas feitura, pois como “história comprimida”, configuram-se atualmente em eventos que desnudam diversos momentos na sua contigüidade funcional. Como bem nos assevera Raffestin (1993), com a Geopolítica, em especial nos idos do Século XIX, há o preparo da mundialização dos Estados Nacionais e, digamos, o despontar de uma ciência do Estado. “É o jogo sem vencedores dos Estados do Século XX que começa”. Todavia, assim como o referido autor, comungamos que há poder político não somente através da ação da mega-máquina do Estado, mas “desde o momento que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem”. Isto quer dizer que o poder político é “congruente a toda forma de organização”, fato que nos faz levar em consideração “as organizações que se desenvolvem num quadro espaço/temporal que contribuem para organizar ou...para desorganizar”. Em sendo assim, o presente ensaio busca resgatar o papel das diversas organizações “modernas” que moldaram e moldam os espaços Africanos e Latino Americanos: dos impérios coloniais, Estados Nacionais, mega-corporações, até as ações dos poderes paralelos de máfias e guerrilhas. Afinal, todas são organizações que lutam contra a entropia que as ameaçam de “desordem” na “nova ordem” estabelecida.

Palavras-chave: Geopolítica, África, América Latina, Poder, Fragmentação Territorial.

ABSTRACT

In order to discuss about contemporary geopolitical issues of Africa and Latin America, one is mandatory thrown to the space/time boundaries of their making, since as “compressed history”, they shape up themselves currently in events that expose several moments in their functional contiguity. According to Raffestin (1993), with Geopolitics, mainly in the 19th Century, one witnesses the preparation of “mundialization” of Nation

¹ Prof. Ajunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

² Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPE.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPE.

States e, so to speak, the emergence of a science of the State. “It is the “winnerless” game of 20th Century that begins”. Notwithstanding, as well as the mentioned author, we share the viewpoint that that there is political power not solely by means of action of the State mega-machine, but since the moment one organization fights against the entropy that threatens it with disorder. It means that political power is congruent with every form of organization, a fact that makes us take into account the organizations that are developed within a space-time framework which contributes to organize or disorganize it. This being so, the current essay seeks to rescue the role of several modern organizations which have shaped up African and Latin American spaces, from colonial empires, Nation States, mega-corporations, to the actions of parallel powers such as mafias and guerrillas. At last, all of them are organizations that fight entropy which threatens them with disorder within the newly established order.

Key words: Geopolitics, Africa, Latin America, Power, Territorial Fragmentation.

Em um mundo inebriado pelo discurso da desterritorialidade pautada no espaço vazio de conteúdo histórico, no “estável” mundo da ascensão do consumo e das finanças, a reboque da propalada sociedade em rede, como situarmos a contemporaneidade geopolítica da África e da América Latina? Contrapondo-nos a essa ideologia da desterritorialização e, ao mesmo tempo, buscando vislumbrar um caminho para situar esses “meios” numa razão histórica que os valorize na sua amplitude e plenitude, creio ser imprescindível ainda enxergarmos “que os homens dentro da sociedade vão respondendo aos desafios do mundo e vão temporalizando os espaços geográficos (Freire, 1987). Nesta perspectiva, situar as questões geopolíticas contemporâneas da África e da América Latina é conceber os seus eventos atuais como temporalizações espaciais, históricas e dialéticas, em resposta aos desafios do mundo. Portanto, “não vivemos o fim da história, nem mesmo o princípio do fim. Estamos no limiar de outra grande transformação” a reboque das forças globais descontroladas, como bem ressalta Bauman” (2005).

Falamos da África e da América Latina, vivermos a África e a América Latina significa imbuirmos da noção e consciência, como frisa Raffestin (1993), de um sistema relacional de poder macro e micro territorial no qual fluem energia e informação, pretéritas e presentes, na estruturação e dinâmicas desses territórios. Isso porque os homens que neles habitaram e habitam, nos seus contextos sociais, historicamente, em maior ou menor intensidade, têm respondido aos desafios do mundo e temporalizado as suas geografias; dos embates pretéritos indígenas e negros pela sobrevivência física, cultural e suas respectivas espacialidades, aos embates “pós-modernos” também de índios, negros, mestiços, brancos e pobres por espaços de vivências físicas e culturais dignas, perdura um sistema relacional de poder e de posse iníquo para a maioria dos habitantes dos supracitados territórios. Portanto, discorrermos sobre as questões geopolíticas da África e

América Latina, hoje, é aludirmos sobre as questões geopolíticas do mundo, afinal, aceitando ou não, somos, em parte, cria da civilização ocidental européia, pois nossas organizações ou eram submetidas total e diretamente ao sistema relacional de poder colonial, ou, em fase mais recente, de uma maneira mais indireta, aos ditames imperialistas dos capitais, ingleses, norte americanos, etc.

Para termos uma idéia dessas relações de poder, Segundo Rouquié (in Oliveira, 1998), o “epíteto ‘latino’ aparece na França, na época de Napoleão III, ligado ao grande desígnio de ‘ajudar’ as nações ‘latinas’ da América a impedir a expansão dos Estados Unidos”, ou seja, o termo desponta como um revide às pretensões imperialistas norte-americanas com a doutrina Monroe, de 1823, que ditava como máxima: “América para os Americanos”. Já para Mary (1998), na gênese do nome África há a presença do “olhar forasteiro”. Sua denominação provém de Afrigah ou Afrikigah, “termo aplicado à região onde a colônia fenícia de Cartago se desenvolveu”, correspondendo hoje à cidade de Tunis, Tunísia. Destruída pelos romanos, estes fundam uma província que denominam de África, nome que passou a se estender a todo o continente. Enfim, das suas gênese e denominações até às funcionalidades presentes, podemos asseverar que as territorialidades européias, africanas e latino americanas se atrelam num sistema relacional de poder monitorado por “organizações que canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais...Elas ‘canalizam’ quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; ‘bloqueiam’ significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; ‘controlam’, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê sem ser visto’...As organizações codificam, quadriculam, centralizam. Essa apropriação, pela organização, da existência sob todas as suas formas não é realizada sem destruição, sem desintegração. A organização só se implanta quebrando as resistências que freiam sua expansão...a organização apóia-se no espaço por meio do tempo. Mas a organização, também nessas condições, é criadora de relações dessimétricas sensíveis...as relações mantidas por [dois Estados], duas organizações econômicas, duas empresas, dois sistemas industriais só são econômicas por seu conteúdo; na realidade, são profundamente políticas na condição de choque ou de conflito entre dois poderes que engajam direta ou indiretamente toda a sociedade ou parte dela (RAFFESTIN, 1993).

Como ressalta Sábato (1993), o casamento do dinheiro com a razão instrumental sedimentou as bases sólidas da estruturação territorial da modernidade, ou seja, do sistema relacional de poder dos Estados nacionais, a reboque do poder das empresas e das finanças

cada vez mais técnicas, científicas e informacionais. Muito embora não haja uma datação precisa, é a partir da expansão do capital mercantil, em especial a partir do Século XV, que as organizações dos Estados coloniais europeus, empresas produtivas e especulativas passaram a controlar, canalizar, “obrigar a tomada de linhas de função determinadas” nos espaços geográficos concretos e abstratos/sociais dos territórios latino americanos e afros. Nestes últimos, Portugal e outros emergentes Estados, sedentos por mão-de-obra escrava bloqueiam, agem sobre as disjunções das nações africanas, buscando isolá-las e, por fim, dominá-las com vistas ao tráfico escravo, ao comércio incipiente e ao saque mesquinho dos seus recursos vegetais e minerais. No Século XIX, esses Estados/Impérios não só bloqueiam, como buscam controlar, isto é, procuram ter tudo sob seu olhar, criando um espaço de visibilidade no qual os seus poderes vêm sem ser visto, pois com a ascensão do capital industrial, o mundo europeu da mercadoria necessitava de mais matérias-primas e de mercados consumidores; não mais os seus meros corpos escravos como mercadorias concretas, patrimônio, mas trabalho abstrato, mais-valia. Era preciso esquadrihar e apropriar os supracitados territórios e enquadrá-los numa nova divisão espacial e territorial do trabalho. Como evento histórico simbolizando este novo estágio, temos a conferência de Berlim em 1895, quando as Nações-Impérios européias fatiaram o continente, anexando essas fatias como suas extensões codificadas e quadriculadas para expropriação. Afinal, “as organizações codificam, quadriculam e centralizam” os seus poderes de mando e, no caso da África, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal, Alemanha, Itália, expropriaram-na sob todas as suas formas, destruindo e desintegrando as nações e culturas nativas, já que se fazia imprescindível, para esses impérios, quebrar as resistências locais, em vista de suas expansões, ou seja, apropriar os seus espaços no lastro do tempo cronológico, maquínico, veloz, da acumulação do capital Industrial. É sobejamente conhecida a crueldade do Império Belga, no que se chama hoje República Centro Africana. A desumanidade dos Impérios Holandeses e Ingleses na África do Sul, inclusive deixando um legado de *apartheid* e segregação sócio-espacial até período recente.

Mas a história é processo dinâmico, dialético, e o capitalismo, como bem frisa Bauman (2004), passa do mundo Hardware para o software; do pesado para o leve; do mundo liberal e fordista/keynesiano para o mundo neoliberal. E nessas transições, a reboque das transações relacionais de poder, as colônias, paulatinamente, alçam à condição de Estados-nações nos moldes europeus. Isto porque, também, as “organizações são criadoras de relações dessimétricas sensíveis... elas só são econômicas por seu conteúdo; na realidade são profundamente políticas na condição de choque ou de conflito entre dois

poderes que engajam direta ou indiretamente toda a sociedade ou parte dela”. Nesse sentido, os Impérios europeus criaram relações dessimétricas não somente com as suas colônias, mas também entre si como mega-organizações. Especialmente no Pós-Guerra, apesar da Inglaterra se manter como potência, emergem outros países imperialistas a exemplo dos Estados Unidos na condição de líder, Japão, Alemanha, França, etc., com conteúdos e interesses econômicos dessimétricos, refletidos em relações políticas desiguais, marcadas por conflitos de poderes que engajaram os impérios e as colônias. A partir da década de 1940, por concessão ou por guerra, muitos territórios coloniais africanos adquiriram a “independência” e passaram a comungar’, ou serem obrigados, cooptados a aderir ao princípio “cuius régio, eius natio (quem governa decide as nacionalidades)” (BAUMAN, 2005)e, assim, governos “revolucionários”, ou governos fantoches das elites imperiais, passaram a imprimir o princípio da identidade nacional, que tem como objetivo o direito “monopolista de traçar fronteira entre ‘nós’ e o ‘eles’ ” (BAUMAN, 2005).

Muitas dessas identidades só toleraram outras identidades na medida em que não colidiram com a irrestrita “prioridade da lealdade nacional. Pertencer como indivíduo a um Estado era o único papel aceito pelas autoridades para ser confirmado nas carteiras de identidade e nos passaportes. Outros papéis identitários ‘menores’ eram cooptados a ‘buscar’ o endosso-seguido-de-proteção dos órgãos autorizados pelo Estado imperial ou republicano” (BAUMAN, 2005). Ou seja, as escalas nações se estabeleceram como próteses de um modelo forasteiro, mesmo que isso estilhaçasse a natividade das nações africanas com sistemas de gerência territorial diferentes. O certo é que, no lastro das mudanças das intencionalidades da nova economia, aconteceram profundos choques entre poderes nacionais colonialistas com nações emergentes na África que engajaram direta ou indiretamente toda a sociedade ou parte dela. Um exemplo bem concreto foi a independência da Argélia do julgo francês (década de 1960), ou a independência de Angola e Moçambique do julgo português (na década de 1970). Todavia, como o Estado nacional é dotado de uma escala instável, as emergentes organizações dos países africanos, recém constituídos, criaram ou acirraram relações espaciais dessimétricas sensíveis, nos emergentes territórios nacionais, levando a que muitas nacionalidades nativas não aceitassem a irrestrita prioridade da lealdade nacional. Daí muitos conflitos terem despontado e engajado toda a sociedade ou parte dela, como o conflito em Angola pós-independência entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), ligado à esquerda, e monitorando os territórios petrolíferos, contra a UNITA (União para a

Libertação Total de Angola), movimento que dominava o território do diamante, financiado pela África do Sul, no período apartheid, e EUA. Nesta linha poderíamos elencar inúmeros outros sistemas relacionais de poder dessimétricos expressos e impressos no território afro, envolvendo organizações dos Estados imperialistas, organizações dos Estados-nacionais emergentes e organizações de empresas interessados na exploração de recursos, no comércio das armas e em todo tipo de exploração. Esse é um triste legado que ainda hoje se encontra infiltrado na instabilidade sócio-espacial do continente africano.

Considerando os supracitados contextos e eventos, e retomando algumas análises de Bauman (2005), temos de considerar que, apesar dos seus inúmeros enteveros monitorados pelo imperialismo, o continente africano, pós-independência, buscou, pelas vertentes ideológicas de esquerda e de direita, caminhos de inserção internacional em parâmetros de igualdade no plano das escalas nacionais, bem como processos de inclusão social nas escalas intra-nacionais. Essa inclusão se dava num ambiente “onde os negócios familiares e comunais tinham capacidade e disposição de absorver, empregar e sustentar todas as pessoas recém-nascidas e, na maioria das vezes, assegurar-lhes a sobrevivência”. Falamos de uma economia fordista/keynesiana em que os poderes locais (nacionais) de regulação e normatização, dos Estados Planejadores e Desenvolvimentistas, ainda tinham a determinação e o império de condicionar os fomentos locais, mesmo atrelados a organizações internacionais. Órgãos supranacionais como a OUA (Organização da Unidade Africana) e outros, foram criados no intento de lutarem pela supressão dos gritantes desníveis econômicos e miséria social. Digamos que é um momento histórico em que o capitalismo buscava novas áreas de fronteiras, exportando excedentes de mão-de-obra europeia, instrumentalizando recursos e trabalhos nativos e forjando sistemas relacionais de poder relativamente estáveis, já que as instituições, as organizações políticas eram próteses passíveis de manipulação pelos interesses de grupos locais e internacionais, em detrimento, muitas vezes, da população local excluída e humilhada. Com o mundo fluido da globalização, esse panorama se deteriorou tanto na África quanto na América Latina e também nos próprios países centrais. E é neste ponto que quero centrar as questões geopolíticas contemporâneas mais centrais da África e da América Latina.

Como salientei no início, vivemos (pelo menos no discurso ideológico) em um mundo fluido, flexível e líquido, a reboque da produção, do consumo e das finanças globais. Neste mundo não cabe mais fronteiras para novas aventuras empreendedoras dos excluídos ou certos empreendedores aventureiros. Para Bauman (2005b), aconteceu a “difusão global do modo de vida moderno, que agora atingiu os limites mais longínquos do

planeta... ela eliminou a divisão entre o 'centro' e a 'periferia', ou, de maneira mais correta, entre modos de vida 'modernos' (ou 'desenvolvidos') e 'pré-modernos' (ou 'subdesenvolvidos' ou 'atrasados')... o planeta agora está cheio. Isto significa, entre outras coisas, que típicos processos modernos, como a construção da ordem e o progresso econômico, ocorrem por toda parte, e assim por toda parte o 'refugio humano' é produzido e germinado em quantidades sempre crescentes – agora, porém, na ausência de depósitos 'naturais' adequados para sua armazenagem e potencial reciclado”. São brilhantes assertivas que talvez possam nos guiar no entendimento da contemporaneidade geopolítica latino-americana e africana. A propósito, assim como na África o que induziu a feitura do que hoje denominamos América Latina? Na ótica européia, a ocupação de um espaço vazio, um depósito natural para os excedentes humanos europeus e vazão para a avidez do capital mercantil se reproduzir mais tardiamente de forma ampliada. Como na África, de maneira antropofágica, devorando culturas e povos nativos, reestruturando territórios com a mão-de-obra escrava indígena e, em maior intensidade, africana. Como especificidade latina, na vertente privada dos latifúndios, da *plantation*, da casa grande e da senzala, das estâncias, do saque mineral e de todo tipo de especiarias. Como na África, mas de forma prematura, as constituições territoriais dos Estados-nações no Século XIX, no bojo as ascensão do capital industrial europeu. Como na África, e de forma mais acirrada, fortes correntes migratórias do “refugio humano europeu” expulso de suas terras, pelo agressivo processo de privatização do campo, dos cercamentos, e relegados da moderna economia industrial em ascensão, especialmente da Inglaterra. Como na África, uma área de fronteira, especialmente a partir do final do Século XIX até a primeira metade do Século XX, onde o trabalho empreendedor do migrante, os capitais acumulados nas colônias e as inversões externas dos colonizadores, buscaram, sob o novo arcabouço do Estado-Nação “a segurança sobre o seu passado, a certeza sobre o seu presente, e nenhuma dúvida sobre o seu futuro” (BAUMAN, 2005), a promessa basilar da emergente instituição.

Longe de pendermos a um reducionismo economicista capenga, uma nova ordem territorial calcada na nova divisão espacial e territorial do trabalho do capitalismo pesado, hardware, sedimentado em alguns países da Europa e EUA, ou seja, uma nova combinação territorial em que “se cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, [esse novo] sistema territorial [latino americano] pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores [o mercado fordista/keynesiano e o Estado planejador] e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores... os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o

produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem darem conta disso, se auto-modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter em relação que não seja marcada por ele” (RAFFESTIN, 1993).

Em suma, os impérios e suas organizações empresariais esquadriharam a América Latina em países e regiões por intermédio de manipulações de energia e informação em códigos para estratégia produtiva e cultural, combinações estratégicas decifradas por meio dos ganhos e custos que acarretam para os atores hegemônicos e hegemonzados. É por este viés que podemos entender as áreas luminosas emergentes na América Latina, no final do Século XIX e início do Século XX, como as cristalizações de energia e informação, estruturadas por códigos, em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México; é por este caminho que podemos entender países mais densos em técnica, ciência e informação; é por este viés que podemos entender os espaços agropecuários mundiais na Argentina, no Brasil, no Uruguai, etc., como também os de extração vegetal e mineral. É por este viés que podemos entender o nascimento e ascensão dos emergentes parques industriais tradutores de um capitalismo periférico, mas afinado à sua tessitura mundial fordista/keynesiana. É por este caminho que podemos entender, mirando o tempo presente, territórios periféricos de exclusão, já que, desde outrora, desinteressantes à manipulação de suas energias e informações em códigos de avanço produtivo e inclusão social. Não por acaso dotarmos de um semi-árido nordestino brasileiro pobre e de uma Chiapas mexicana marginalizada. São todas relações de poder, assim como na África, que envolvem as combinações estratégicas dos países centrais. Porém, diferentemente da África, os poderes nacionais que se estabeleceram e suas organizações, interagiram com a natureza física e humana, de forma a criarem um ambiente “relativamente autônomo”, pautado em um meio técnico-científico-informacional denso e excludente, tanto no campo quanto na cidade; a reboque, também, de mudanças profundas nas relações sociais, com a adesão, ou cooptação maciça à mão-de-obra assalariada. Em suma, são territórios nacionais que medeiam relações de poder nas escalas, mundiais, nacionais e regionais, criando sistemas territoriais nos quais os custos e ganhos denotam alguns ganhos no rateio das dinâmicas dos referidos sistemas. Se essas mediações configuravam relações de poder clientelistas dos caudilhos argentinos, uruguaios, mexicanos, brasileiros, ou de ditaduras militares ferrenhas, temos de reconhecer que

constituíam arcabouços políticos que, em muitas vezes, até por cata de legitimidade popular, freavam ambições desmedidas de poderes externos. Este aspecto parece ser visível até o final dos anos 80, ou seja, até a ascensão do neoliberalismo.

Diante do exposto, como situarmos as questões geopolíticas mais prementes, hoje, da África e América Latina? Rememorando Raffestin (1993), “com a geopolítica, cujo nome se deve a Rudolf Kjellen, prepara-se a mundialização do Estado. A primeira Guerra Mundial não é estranha a esse controle total do Estado. Julian Benda teve boas intuições e analisou o que se tramava: ‘A guerra política, que implica a guerra entre culturas, é uma invenção própria de nosso tempo, o que lhe assegura um lugar insigne na história moral da humanidade’. Essa observação, escrita em 1927, mostra com clareza o Estado em vias de ocupar todo o espaço disponível”.

Isto é bem patente, como já frisamos, na África e na América Latina. Todavia, na aurora desse novo Século e milênio, fica explícito o preparo e a execução da mundialização das grandes corporações produtivas, de serviços e financeiras, a reboque de um meio técnico-científico-informacional agressivo, estrategicamente gestado no pós-guerra pelos grandes “Estados-mercado”. Discorrer sobre os eventos mais marcantes nas temporalizações espaciais da sociedade africana e latina americana em movimento na atualidade, é tratarmos das diversas territorialidades como cristalizações de energias e informações em códigos a serem manipulados estrategicamente pelas grandes corporações globais e assim, torna-se, como ressalta Raffestin (1993) mais oportuno falarmos de uma geografia do poder das empresas, “pois admitimos que há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem. Esta definição, inspirada em Balandier, nos faz descobrir que o poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar. Neste sentido, as geopolíticas latino americanas e africanas nunca estiveram perversamente tão irmanadas, pois as grandes organizações corporativas, “livres” das regulações dos Estados nacionais, “canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais...elas ‘canalizam’, obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato social; bloqueiam, ou seja, agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; controlam, ou seja, tem tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto”. Não por acaso territórios como o Chile, Costa Rica, Brasil, México, mais desregulados, são vistos pelo capital global como mais

rentáveis para as suas inversões diretas e especulativas, enquanto outros estão sendo obrigados a tomarem essa mesma linha de função, caso queiram ser também contemplados.

Assim, considerando a geopolítica das grandes corporações na contemporaneidade da África e América Latina, o que se vê uma geopolítica da mundialização/globalização das empresas globais que canalizam, bloqueiam, controlam, domesticando as forças sociais numa verdadeira guerra política de culturas. É uma geopolítica econômica cultural porque há a imposição da nova cultura ideológica do capitalismo global, pautado na homogeneização do consumo, das finanças, da produção e de percepção de mundo. Seja na África ou na América latina, a palavra de ordem é desregulação, privatização, abertura de mercado, menos Estado e mais mercado. Inovação, empreendedorismo; competitividade é a nova Paidéia, a nova educação neocolonial impressa na nossa cultura. Enfim, se os países latino-americanos e africanos, antes espaços vazios a serem preenchidos por um capitalismo que absorvia o excedente humano e de produtos dos centros hegemônicos, metamorfoseando-os, juntamente com as potencialidades dos seus territórios, em espaços cheios de possibilidades, agora, com a plenitude do planeta, com os espaços todos cheios de ciência, técnica, e informação globalizadas, como diz Bauman (2005), não são mais territórios para soluções locais de problemas globais. Isto porque o modo e modelo de produção e consumo são globais e os problemas locais, que são muitos, passam por soluções também globais.

Tratando-se do espaço geográfico, concreto, o que se vê na América Latina é uma guerra ferrenha entre os lugares (já que obrigados a tomarem linhas de função determinadas) na busca de investimentos mesquinhos e enxutos, ou seja, com alta dosagem de “mão-de-obra ciência” poupadora de mão-de-obra desqualificada. Neste cadinho não é incomum disputas entre Estados-nações, como o mais recente conflito entre Argentina e Uruguai por uma fábrica de celulose, conflito este temperado pelo discurso ambientalista falacioso. Esses atritos são ainda mais acirrados nas escalas intra-nacionais, como as mais recentes disputas entre Bahia, Pernambuco e Ceará pela fixação em seus espaços de montadoras automobilísticas, estaleiro, refinaria, etc. Obrigados a assumirem linhas de função pautadas na alta racionalidade instrumental, as empresas enxugam quadros, informatizam as suas atividades, gerando subemprego e desemprego nunca vistos. Ser eficiente seja na África ou América Latina, ou no mundo, é racionalizar, bloquear, controlar recursos, em especial o humano. É aderir forçadamente a um parâmetro produtivo e consumista global, enterrando qualquer cultura nacional extemporânea pautada

em vínculos societários mais solidários e humanos, seja no plano produtivo, seja em parâmetros de consumo mais singelos, mais simples, mais auto-sustentáveis.

Quanto falo em aderir forçadamente, temos que nos reportar às crises financeiras no México, na Argentina e no Brasil, nas décadas de 80 e 90, para ficarmos apenas nesses grandes territórios. Endividados, inflacionados, tornaram-se alvos de pressões das grandes corporações financeiras/produtivas/especulativas globais, tendo como ponta de lança o FMI. Obrigados a se estabilizarem, “zeraram as suas inflações” se endividando, mais ainda, com vistas a financiar importações baratas e buscar eficiência, competitividade, mediadas pelo simulacro da paridade cambial. Todavia, não se faz um país competitivo por decreto e as forças avassaladoras especulativas retiraram as suas inversões, e esses países foram forçados a depreciarem suas moedas e patrimônio público, alvo de aquisições baratas pelas corporações internacionais. São todas essas engrenagens que forjam, hoje, uma geopolítica privatista na América latina e África, indutoras de uma cultura pautada no individualismo, na competitividade e no consumo ostensivo narcisista. Assim, tratando-se do espaço geográfico, concreto, temos nos referidos territórios áreas “luminosas”, inclusivas, especificamente aquelas vinculadas aos setores exportadores. Aliás, o que mais se decanta de positivo nesses espaços são os grandes superávits, sinônimo de crescimento e pujança. No que toca à sociedade em abstrato, são relações de trabalhos cada vez mais flexíveis e desumanas. Mas essa sociedade em abstrato se espacializa, se geograficiza concretamente. Daí as fragmentações territoriais não somente na escala dos países e das regiões, mas também nos espaços intra-urbanos. São os condomínios fechados onde se fecham as elites inclusas nas áreas luminosas, ou seja, a auto-segregação das elites nacionais internacionalizadas, ou as meramente internacionalizadas, contiguamente aos espaços onde se trancam ou são obrigados a se fecharem os desvalidos desempregados, subempregados, ou empregados super-explorados. São esses espaços inclusivos/exclusivos que denunciam o quanto as geopolíticas latino americanas e africanas têm em comum.

Regina Casé, apresentadora da rede televisiva Globo, em matéria recente, mostrou o quanto há similaridade entre Brasil e Moçambique, ao exibir uma favela com o refugio humano da modernidade, contígua a casarões dos incluídos nas redes globais e seus muros cada vez mais altos na constituição das novas geografias urbanas anti-sociais. São territórios emblemáticos, como ressalta Bauman (2005), de uma geopolítica das empresas globais que tratam os excedentes da força de trabalho como refugio humano, lixo não mais reciclável; descartável. Para essa escória não mais há disponibilidade de territórios vazios para serem reciclados e depois reaproveitados nas mesmas ou novas atividades produtivas.

O padrão de consumo é global; as empresas são globais; o mundo está cheio. Neste cenário o mercado é cada vez mais insensível aos clamores dos desvalidos e o Estado crescentemente indiferente ao desespero dos miseráveis. Neste cenário a nova geopolítica é a de um Estado que passou do plano do bem-estar social para o patamar policial. Neste mundo da exclusão e da segregação, do individualismo e da indiferença, germinou e está dando frutos a cultura e a geografia do medo, da violência e da morte, mesmo porque estas geografias são extremamente rentáveis às indústrias de segurança, ou melhor, de insegurança, já que o Brasil é um exemplo cabal de que o Estado policesco “em si” é um rotundo fracasso. Não se tem mudanças nas estruturas sociais em prol de relações societárias civis, cidadãos, sem mudanças nas infra-estruturas econômicas e territoriais, ou seja, nos processos produtivos, bem como nas supra-estruturas jurídicas e políticas.

Não considerando essa indissociabilidade, o que viceja é a fragmentação territorial no rastro da fragmentação social e a ascensão vitoriosa da unidade das forças hegemônicas, com base na técnica, ciência e informação. E neste jogo intencional, estratégico, os excluídos passam a se fechar em guetos não-voluntários, muitas vezes vinculados ao submundo da economia ilegal, do tráfico ao contrabando, sem regulações econômicas ou políticas oficiais; ou quando não têm vez nem nessa esfera, são obrigados desesperadamente a se tornarem refugiados. Assim, a África e a América Latina, que até os anos 1970, digamos, configuravam-se como territórios de países de imigração, nos tempos atuais se dotam de territórios de emigração, seja em função das guerras privadas “terceirizadas”, seja em função da super-exclusão econômica. Como bem frisa Bauman (2005), “as guerras e massacres tribais, assim como a proliferação de ‘exércitos’ guerrilheiros (como freqüência pouco mais que mal disfarçadas gangues) ocupados em dizimar uns aos outros, mas absorvendo e aniquilando nesse processo o ‘excedente populacional’ (sobretudo jovens sem perspectiva de emprego em seus países e sem esperanças) – em suma, um ‘colonialismo regional’ ou imperialismo dos pobres”, estão entre tais ‘soluções locais para problemas globais’ que os ‘retardatários da modernidade’ são forçados a empregar, ou melhor, descobrem já estar empregando. Centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas ou forçadas a fugir o mais depressa possível para fora das fronteiras de seus países”. Ainda para Bauman (2005), “um dos efeitos mais sinistros da globalização é a desregulamentação das guerras. A maioria das ações belicosas de hoje, e as mais cruéis e sangrentas de todas, são conduzidas por entidades não-estatais, que não se sujeitam às leis do Estado nem às convenções internacionais. São ao mesmo tempo produtos e causas acessórias, mas poderosas, da

contínua erosão da soberania do Estado e da permanente condição de terra de fronteira que caracteriza o espaço global 'interestatal'. Ainda para o citado autor, “a população se vê num espaço sem lei... não desta ou daquela lei, deste ou daquele país, mas da lei como tal. São proscritos e fora-da-lei de um novo tipo, produto da globalização e principal síntese e encarnação do seu espírito de terra de fronteira”.

Sim, sem fronteira para um capital fluido, líquido, que mina o exercício de uma lei básica à condição mínima cidadã: o direito ao trabalho, ou, digamos, a uma remuneração equivalente caso o mesmo já não mais exista, ou de leis que aplaquem a super-exploração do labor existente. Todavia, “paradoxalmente”, uma fronteira cada vez mais forte, implacável para a fluidez das pessoas que buscam possibilidades mínimas de inserção na propalada sociedade em “rede”. Afinal, como nos assinala Raffestin (1993), “o limite é... uma classe geral, cuja fronteira é um subconjunto... Como tal a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia... Quando a fronteira se tornou um sinal [manipulado ideologicamente]? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial 'absoluto' e tornou unívoca a mensagem fronteira = limite sagrado... Assim, se considerarmos as três primeiras funções – legal, de controle e fiscal -, podemos construir um sistema hierárquico de fronteiras que dá conta das relações de poder que se instauram ou que podem se instaurar entre os atores políticos por intermédio das fronteiras”. Considerando a ação voraz do neoliberalismo, minando soberanias e criando um controle territorial absoluto, tornando unívoca a mensagem fronteira = limite laico do capitalismo software financeirizado, os territórios Africanos e Latino-Americanos são alvos de investidas das grandes corporações que os homogeinizam na lógica de uma extração de mais-valia global, porém não suprimindo – ou melhor, reforçando – nessa lógica de super-exploração, aspectos jurídicos legais de flexibilização do trabalho, de controle de entradas e saídas de pessoas inter-fronteiras e fiscais. Não por acaso o México, na condição, hoje, de ante-sala de visita dos EUA, passou a exigir de brasileiros e outros “hermanos” latinos, vistos de entrada no seu território; não por acaso o FMI dita as políticas fiscais e monetárias tanto no Brasil quanto no restante dos países latinos e africanos. Segundo “dados de hoje do Fundo Monetário Internacional, o PIB da região [África] cresceu de 4% em 2003, para 5,7% em 2004, 5,6% em 2006, com previsão de crescimento em torno de 6% para 2007. O crescimento da África foi, no período mencionado, portanto, na média da América Latina e superior à média brasileira” (*in* SARAIVA, 2007).

Ora, esses índices apenas corroboram a nossa tese: considerando o drama da pobreza e da delinqüência crescentes nos referidos territórios, paralelamente a taxas elevadas de “crescimento”, só podemos deduzir uma coisa: acirra-se um sistema “hierárquico de fronteiras que dá conta das relações de poder [dos grandes conglomerados comerciais, financeiros, produtivos, dos Estados e paralelos] que se instauram entre os atores políticos por intermédio [não da supressão, mas do acirramento] das fronteiras”. Neste sentido, o mundo, nossa América Latina e nossa África somente estão cheios das estratégias globalistas da sedimentação de um mercado de bugingangas insensível aos clamores humanos de inclusão social e de um Estado indiferente, já que sob o seu comando, às necessidades básicas de um povo tornado redundante, dispensável, utilizando as expressões de Bauman (2005). Todavia, um território vazio de uma civilidade onde a ética pautada em valores humanos volte a reinar. Neste sentido, aos “africanos” e “latinos” cabe a feitura de limites territoriais onde se estabeleçam um verdadeiro universo, um uno e diverso sem mesquinhas, competições e segregações, afinal “os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários... Eles fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo. A reprodução social não sendo, enfim, nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos e consumidos” (Raffestin,1993,p170). Enfim, que essa vivência e esse consumo não obedeçam cegamente às estratégias globalizantes pautadas no “dividir para reinar” predatórias e desumanas. Ainda há tempo!

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. 2005. **Identidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Z. 2005b. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. 2004. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.

FREIRE, P. 1987. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARY, C.P. de. 1998. África: de Mundo Exótico a periferia Abandonada, in HAESBAERT, R. (Org.), **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói/RJ: Editora da UFF.

OLIVEIRA, M.P. de. 1998. América latina: Legado Socioespacial e Globalização, in HAESBAERT, R. (Org.), **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói/RJ: Editora da UFF.

RAFFESTIN, C. 1993. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática.

SÁBATO, E. 1993. Homens e Engrenagens. Campinas-SP : Papyrus.

SARAIVA, J.F.S. 2007. Desafios Africanos para “O Mundo que Vem Aí”: a África Contemporânea na Fronteira Atlântica do Brasil. **Segunda Conferência de Política Internacional-CNPEPI: O Brasil no mundo que vem aí**. Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 2007 (Mimeo.).